

Emergência na Saúde

Saúde - Es

AJ14997

O governo assinou decreto em virtude da crise que atinge os hospitais da rede estadual

ELIANA TEIXEIRA

O governo decretou estado de emergência na Saúde. A medida foi tomada em virtude da crise que atinge o sistema de urgência e emergência na rede estadual.

Além da falta de leitos de reatuação e de terapia intensiva, a decisão de interromper os contratos com as cooperativas médicas motivou a assinatura do decreto pelo governador Paulo Hartung.

Segundo o secretário de Estado da Saúde, José Tadeu Marino, o decreto permite que o Estado tenha mais facilidade e rapidez para contratar funcionários, comprar equipamentos e fazer licitações.

Se não houver disponibilidade de algum serviço na rede pú-

blica, o paciente será encaminhado a hospitais privados ou filantrópicos.

De acordo com o documento, cerca de 300 leitos hospitalares foram desativados nos últimos anos e há déficit de 250 leitos de terapia intensiva. A limitação de assistência estaria colocando em risco a vida dos pacientes.

Além disso, nas últimas quatro semanas, a crise se agravou com a superlotação nos prontossocorros, culminando com o fechamento temporário do PS do Hospital das Clínicas (Hucam).

O decreto tem validade de 120 dias, podendo ser prorrogado para 180. Esse período coincide com o prazo firmado de 90 dias para realização de concurso público para médicos, mais 45 dias para efetivação.

"Esta semana começamos a

contratar médicos por um período determinado até o concurso. Não há outra possibilidade, a não ser não renovar os contratos", afirmou.

A previsão é de que sejam contratados os mesmos médicos que trabalhavam pelas cooperativas médicas, caso elas estejam de acordo. Ontem, o secretário de Saúde se reuniu com representantes das cooperativas de anestesistas e intensivistas.

"Vamos convidar as outras cooperativas para esclarecer qual o impacto financeiro que representa nos gastos da secretaria. Os Ministérios Públicos Federal, Estadual e do Trabalho não aceitam este tipo de contrato. Vamos regularizar a situação", afirmou.

De acordo com a Sesa, as cooperativas consomem 50% da verba que é repassada à Saúde, o que equivale a R\$ 3,4 milhões. Os gastos com as cooperativas chegam a 80% das despesas dos hospitais.

Com a não renovação dos contratos, a Sesa calcula que vai economizar R\$1,4 milhão, que poderão ser investidos em obtenção de novos leitos, medicamentos e equipamentos.

Cooperativas investigadas

Depois de pressionar o governo estadual para a não renovação dos contratos com as cooperativas médicas, o Ministério Público do Trabalho, junto aos ministérios Públicos Estadual e Federal, continua apurando possíveis irregularidades no sistema de cooperativas.

Por meio de um termo de compromisso firmado com o Ministério Público do Trabalho, em 1999, o Estado se comprometeu a não contratar servidores a não ser através de concurso público, conforme determina a Constituição Federal, no artigo 37, inciso II.

Segundo o procurador da República Edmar Gomes Machado, além de a contratação dos serviços das cooperativas pela rede pública ferir a Constituição, haveria a possibilidade de formação de cartel e abuso de poder econômico. Esta última denúncia estaria sendo investigada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

"O Ministério Público Federal vai continuar acompanhando o caso até a realização do concurso público, para que não haja abusos. É importante que a po-

pulação saiba onde a verba da Saúde está sendo empregada", afirmou.

Para Machado, o emprego dos investimentos em contratações que oneram o Estado também pode constituir uma irregularidade, caso isso tenha implicado impossibilidade de oferecer à população assistência a que tem direito.

O secretário de Estado da Saúde, José Tadeu Marino, afirmou que há 10 anos as cooperativas vêm atuando na Saúde pública. Enquanto médicos das cooperativas recebem cerca de R\$ 5,7 mil, os concursados deverão receber salários de R\$ 2,1 mil (plantão de 24 horas) e R\$ 3,3 mil (40 horas).

"Não vamos aceitar ameaças. Os contratos não serão renovados e, se necessário, serão rompidos, para que o concurso seja realizado", disse.

A Secretaria de Estado da Saúde já iniciou a aquisição de leitos para amenizar a superlotação dos hospitais. Nesta semana, cerca de 60 leitos estão sendo abertos nos hospitais Antônio Bezerra de Farias, Hospital da Polícia Militar e Santa Casa de Misericórdia.

Relatório vai revelar custos

Um relatório que está sendo elaborado por uma empresa paulista deve revelar em 30 dias os custos das cooperativas médicas para a Saúde pública estadual. A informação é do presidente da Cooperativa dos Ortopedistas, José Lorenzo Solino.

Segundo ele, o levantamento vai levar em conta número de médicos, consultas e procedimentos realizados por cada uma das nove cooperativas.

O médico reúne-se hoje com o secretário de Estado da Saúde, José Tadeu Marino. O contrato com a cooperativa de ortopedia vence no dia 25 e, segundo Solino, ele ainda não foi informado na decisão a Sesa de não renová-lo.

Solino contestou a alegação do Ministério Público do Trabalho de que a contratação de cooperativas fere a Constituição Federal.

"A cooperativa é uma empresa que foi contratada por licitação pública. O Ministério do Trabalho pode fiscalizar relação entre empregado e empregador, o que não é nosso caso", disse.

O presidente da Cooperativa de Anestesistas, Pedro Motta, que se reuniu ontem com o secretário estadual da Saúde, José Tadeu Marino, informou que os médicos cooperados vão tomar decisão até quarta-feira se aceitam ser contratados pela Sesa como servidores temporários.

CELOBAR - O ajudante-geral Marco Antônio de Barros, de 50 anos, que morreu dia 30 de abril no Hospital Modelo, em Sorocaba, a 92 quilômetros de São Paulo, pode ser a primeira vítima do medicamento Celobar na cidade.

Cinco dias antes, ele havia sido submetido a uma radiografia do estômago, na qual foi usado

o contraste de um lote fornecido pelo Laboratório Enila, do Rio de Janeiro. A morte tinha sido atribuída a causa indefinida.

A família decidiu investigar os procedimentos depois de ter sido alertada por um parente médico sobre a possibilidade da contaminação. Ontem, o caso foi encaminhado ao 5º Distrito Policial.